

HABEAS CORPUS Nº 501.839 - SP (2019/0092271-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : JAN RENATO BRAZ GOUVEA E OUTRO
ADVOGADOS : JAN RENATO BRAZ GOUVÊA - SP310452
MAYARA ADELINA VICTORIO - SP385471
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROGERIO CARLOS HENRIQUE DE MELLO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ROGERIO CARLOS HENRIQUE DE MELLO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada, acusado da suposta prática do crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, porque foi apreendido com 755g (setecentos e cinquenta e cinco gramas) de cocaína.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada (e-STJ fls. 2.178/2.182).

No presente *writ*, assevera a defesa inexistir motivação idônea para a custódia cautelar do acusado, visto que não foi apontada concretamente a presença dos requisitos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que a fundamentação foi baseada na gravidade abstrata do delito.

Alega que "o paciente é pessoa radcada na Comarca em que está sendo processado, e, como dito, possui família constituída neste município, a qual é sustentada (exclusivamente) com os frutos oriundos de atividade lícita" (e-STJ fl. 10).

Aponta a suficiência da imposição das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Diante dessas considerações, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva, ainda que com aplicação das medidas cautelares diversas do encarceramento.

É, em síntese, o relatório.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator